

## Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica

Vera da Silva Telles<sup>1</sup>

**Resumo:** O exercício de reflexão aqui desenvolvido diz respeito ao jogo de referência para lidar com nossos achados de pesquisa. Três ordens de questões são propostas à discussão: primeira, a importância de se deslindar os campos de força e jogos de poder nos quais se inscrevem a gestão da violência – e gestão da ordem – nos territórios urbanos; segunda, o interesse de colocar as realidades paulistas em perspectiva com o que acontece em outros lugares, buscando as ressonâncias e proximidades com outras experiências urbanas e que podem nos dar a cifra do plano de atualidade das questões que trabalhamos em nossos respectivos trabalhos de campo; terceira, a importância de se reter a cidade como plano de referência e recuperar algo da história urbana para bem situar os pontos de inflexão da experiência urbana recente.

**Palavras-chave:** periferias urbanas; gestão da violência; gestão da ordem; cidade como plano de referência; história urbana.

**Researching the city through its margins: unfinished notes on an ethnographic experience**

---

1 Laboratório de Pesquisa Social /Departamento de Sociologia – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – tellesvs@uol.com

**Abstract:** The reflexive exercise developed here is related to the analytical puzzle to deal with our research findings. Three main dimensions of this puzzle are proposed for discussion: first, the importance of disentangling the fields of strength and power games in which are inscribed the management of violence - and order management - in urban areas; second, the interest of looking at São Paulo's realities in perspective with what happens elsewhere, seeking the resonances and similarities to other urban experiences; third, the importance of retaining the city as the reference plane to analysis, recovering some turning points of recent urban experience.

**Keywords:** urban outskirts; management of violence; management of order; city as reference plane; urban history.

Ilegalismos, crime, drogas (e mercado de drogas), violência (e gestão da violência), organizações criminosas (e o Primeiro Comando da Capital [PCC]): temas e questões que passaram a compor a agenda de pesquisas de todos quantos se aventuraram em prospectar os territórios periféricos da cidade de São Paulo. Se muitas dessas questões sempre estiveram, de uma maneira ou de outra, presentes nos estudos urbanos, apareciam seja como indicadores e variáveis de contextos gerais, seja como assunto dos especialistas em segurança e criminologia. A partir dos anos 2000, eis que essas questões se impuseram como evidências incontornáveis em nossos trabalhos de campo e da experiência etnográfica (que é também uma experiência urbana) que passamos a experimentar em nossas pesquisas. Se os colegas cariocas já contavam com uma larga experiência de pesquisas e debates sobre esses assuntos, para nós, pesquisadores paulistas, eram questões novas, que nos desafiavam (e continuam a nos desafiar). Eram questões que abriam (e abrem) sendas pelas quais prospectar as configurações urbanas que vinham se desenhando nas periferias da cidade. E era (e é) a cunha pela qual entender, na medida do possível, os campos (e relações) de força que produzem as periferias como “margens” (Das e Poole, 2004).

No correr desses anos, as pesquisas se multiplicaram, compondo o que se poderia chamar de uma experiência etnográfica que, realizada por vários pesquisadores, compõe um campo comum de questões, indagações, desafios. E isso não é pouco. Não é pouco, eu quero dizer: não apenas porque contamos hoje com um repertório ampliado de informações e experiências de pesquisas, mas porque – e esse é o ponto – lidamos com questões politicamente sensíveis. Como bem sabemos, violência policial, extermínios, endurecimento penal, encarceramento em massa não são apenas e tão somente assuntos “interessantes”

de nossas pesquisas. Estamos lidando com o cerne da produção das “margens” – e nos termos de Das e Poole (2004) da produção da vida nua nas circunstâncias concretas de vida e trabalho dos que habitam ou transitam por esses territórios. Mas também estamos lidando com questões que ativam, que acionam os imperativos e axiomas da “lei e ordem”, imperativos das políticas de (in) segurança que vigoram na atualidade (ou desde sempre) e axiomas que regem boa parte da pesquisa acadêmica sobre esses temas. Mas então isso significa dizer que essa experiência etnográfica partilhada pode ser vista – essa é uma aposta a ser feita – como a construção de um conjunto de referências que deslocam os termos dessa discussão. Seria mesmo possível dizer que em seu conjunto e no cruzamento das várias pesquisas temos algo como a construção de um dispositivo cognitivo que, a partir de um certo ponto de vista ou perspectiva (e seus “postos de observação”), permite estabelecer conexões e relações, a trama de coisas, pessoas, acasos, circunstâncias e fatos que desenham as linhas de força de uma cartografia do social que não cabe e, a rigor, desestabiliza esses modos de codificação do mundo social postos pela categorias circulantes no debate – “Lei e Ordem”, “Crime” e “Violência Urbana”. Essa a potência crítica contida nessas pesquisas e, ainda mais, no campo dessa experiência etnográfica partilhada.

Mas então, por isso mesmo, precisamos refletir sobre o estatuto da informação que produzimos nessa experiência etnográfica, quer dizer: o campo de problemas, talvez melhor dizer o campo de problematizações que se abre a partir ou em torno de nossas questões de pesquisa. Também: o jogo de referência a partir do qual buscamos construir os critérios de pertinência e relevância daquilo que colocamos em forma e fazemos ver no trabalho da escrita etnográfica. Devo dizer que esse é um problema que nos inquieta desde o início. Nós, eu quero dizer eu mesma e meus parceiros de pesquisa e o coletivo de pesquisadores que desde o início dos anos 2000 vêm se lançando nessa prospecção das tramas da cidade e suas veredas.

Nas linhas que se seguem eu gostaria de partilhar algumas dessas inquietações. Já aviso, de partida, que não se trata (e nem seria o caso) de enfrentar os intrincados problemas postos no trabalho de pesquisa e escrita etnográfica. Trata-se na verdade de refletir sobre algumas (apenas algumas) questões postas nessas pesquisas e os desafios que elas nos colocam, o modo como interrogamos os nossos achados de pesquisa e como formulamos as perguntas que nos conduzem no trabalho de campo.

Começando, um primeiro ponto: vale refletir sobre uma questão que não é apenas uma entre outras, mas que é central em nossos trabalhos e é estratégica

para entender o que está em jogo nos ordenamentos sociais tecidos em torno dos nexos que se articulam (ou não) entre comércio de drogas, crime e violência. Indo direto ao ponto: sabemos que não há uma relação necessária (constitutiva) entre esses três termos, e é por isso mesmo que é estratégico entender esses nexos, que não são evidentes e muito menos necessários. Está aí uma questão teórica – e política – da maior importância e que seria importante explicitar em nossas pesquisas. Diria mesmo que é uma dessas questões que apenas o trabalho etnográfico tem condições de desvendar, pois temos aí o ponto sensível por onde os jogos sociais e as relações de poder se processam. Quer dizer: se as relações entre esses três termos não são necessárias e tampouco são evidências em si mesmas, então o modo como esses termos se compõem e se conjugam (ou não) é justamente matéria de pesquisa que se abre a um deciframento dos ordenamentos sociais e das tramas políticas tecidas em torno, no caso, das configurações locais dos mercados de drogas.

De uma maneira geral, vale lembrar que essas são questões tratadas por Michel Misse, referência incontornável nessa discussão. As noções de mercadoria política, de acumulação social da violência e de sujeição criminal, cunhadas pelo autor, atuam efetivamente como operadores analíticos poderosos nessa discussão: definem um espaço conceitual que desativa as categorias normativas e acusatórias de “crime” e “violência”, desloca o terreno do campo minado posto pelos axiomas da “lei e ordem” e permite colocar no foco da análise o papel do Estado e as relações de poder inscritas nos modos de regulação desses mercados, na história urbana e também na construção da categoria de “bandido” e seus modos de subjetivação (Misse, 2006; 2010). Como enfatiza o autor, se há uma relação entre tráfico de drogas e violência, esta tem que ser encontrada nas “ligações perigosas” construídas na transação das mercadorias políticas das quais depende o funcionamento desses mercados. No caso do Rio de Janeiro, isso remete aos modos como esses mercados se territorializam e se organizam em torno dos pontos de venda sob controle de quadrilhas, o mais das vezes, em disputa sangrenta entre si, mas também sob a lógica da sujeição criminal e das derivas violentas que isso termina por acarretar (Misse, 2010). Essa é questão, por outro lado, que se explicita ainda mais no contraponto, trabalhado por Carolina Grillo (2008), entre o “morro” e a “pista”: como mostra a autora, a violência está longe de ser constitutiva do comércio de drogas entre as classes médias, na própria medida em que atua sob outras lógicas, não territorializadas, sendo operada por indivíduos em relação direta com o consumidor, não poucas vezes através da entrega em domicílio, sendo que, ademais, essa trama de relações passa ao largo dessa espécie de codificação (e modos de subjetivação) postos

nas categorias de crime e criminoso. Trata-se de um comércio e uma troca regulada entre fornecedores e seus “clientes”.

No caso do Rio de Janeiro, as configurações locais do tráfico de drogas, seu lugar na história urbana e a cartografia política da violência que acompanha essa história já foram vasculhados e discutidos por inúmeros pesquisadores, e isso já há um bom tempo. Quanto a nós, estamos apenas começando. Por certo, aqui a história urbana carrega outros componentes, o comércio de drogas tem outras configurações e seus modos de territorialização e funcionamento nas periferias paulistas tampouco replicam o que acontece no Rio de Janeiro. Mas a referência carioca importa para justamente chamar a atenção para o feixe de questões que podem estar implicadas nesses nexos (a ser decifrados) entre comércio de drogas, crime e violência. Esse o ponto: em torno deles é possível apreender os campos de força e jogos de poder nos quais se inscreve a gestão da violência – e a gestão da ordem – nos territórios urbanos.

Se essas questões parecem estar bem equacionadas no caso do Rio de Janeiro, entre nós a gestão da violência nos territórios periféricos da cidade persiste como questão que desafia e que, a rigor, pauta boa parte de nossas agendas de pesquisa. Na verdade, é uma questão incontornável mesmo para os pesquisadores que não têm a violência – a dita violência urbana – como objeto central de pesquisa. Concretamente, é questão que diz respeito à interrupção do longo ciclo de mortes violentas no início dos anos 2000 e suas relações com a atuação do PCC nas periferias urbanas, seus debates e modos de gestão e arbitragem das disputas e desavenças internas ao “mundo do crime”, mas também de tantos outros que compõem o cotidiano das periferias paulistas. Não é o caso aqui de comentar e reafirmar o que já foi tratado e discutido por várias pesquisas sobre a política de pacificação do PCC nesses lugares (Feltran, 2010; Biondi, 2010; Marques, 2009; Hirata, 2010; Telles, 2010; Telles e Hirata, 2010). Mas há aqui uma questão empírica e também teórica que ainda precisaríamos deslindar, elaborar e explicitar no trabalho etnográfico: nas filigranas do que essas etnografias fazem ver ao mostrar os modos como se processa a “pacificação” desses territórios, é possível apreender os jogos de poder e as relações de força inscritos na produção da ordem, justamente o que é ocultado sob o axioma e primado da “lei e ordem”. Na verdade, um campo de disputa – um campo de batalha, poder-se-ia dizer – inscrito nos ordenamentos sociais nas “margens” da cidade. Por isso as aspas no termo pacificação.

Empiricamente, é algo que se mostra, a todo momento, nas evidências dos jogos de poder que se processam nos instáveis acordos e acomodações entre grupos criminosos e forças policiais em torno dos negócios ilícitos e que não

poucas vezes desandam em disputas abertas, acionando ciclos recorrentes de mortes violentas e extermínios nesses lugares – vimos isso em 2006 por ocasião do que então foi chamado os “ataques do PCC” em São Paulo; e vimos isso em 2012 na verdadeira matança que assolou as periferias da cidade, que se prolongou por muitos meses e que hoje, no momento em que essas linhas estão sendo escritas (julho de 2013), ainda deixa seus rastros.

Politicamente, é batalha surda (ou nem tanto) que se inscreve nos indicadores sobre a queda na taxa dos homicídios (e suas oscilações) brandidos pelas autoridades políticas como medida de sucesso e eficácia de suas políticas de segurança pública, mal ocultando que se trata, na verdade, de uma disputa em torno da legitimidade dos próprios sentidos de ordem e de segurança<sup>2</sup>, ao mesmo tempo em que a gramática bélica e a lógica militarizada que regem essas políticas nada mais fazem do que acionar o ciclo violento de revides e vitórias que, em princípio, e só em princípio, elas teriam por missão desativar (Hirata e Telles, 2012).

Teoricamente, estamos no cerne da produção das margens. Mas ainda teremos que explorar essa questão, evitar um uso apenas retórico ou metafórico dessa noção, pois trata-se aqui, seguindo as pistas de Das e Poole (2004) nos termos de uma antropologia do Estado, de entender os modos como são fabricados os próprios sentidos de ordem, de lei e justiça, justamente nos nexos que articulam violência e ordem, lei e vida nua, em um campo de disputa no qual o Estado se faz e refaz em interação com outros modos de regulação ancorados nas formas de vida. Eu diria que esse é um desafio que temos ainda que enfrentar e dele tirar consequências, para além das urgências (ou por meio delas) que se nos impõem, a cada momento, como pesquisadores e cidadãos do mundo.

É nesse ponto que, a meu ver, é possível situar a envergadura e a pertinência do que estamos propondo em nossas pesquisas. Mas talvez para bem situar nossas próprias questões de pesquisa (e as perguntas que endereçamos ao mundo no qual estamos mergulhados) seja interessante tomar algum distanciamento desses fatos e suas circunstâncias, para colocar em perspectiva as realidades paulistas com o que acontece em outros lugares.

Esse o segundo ponto que eu gostaria de lançar à discussão: a importância de construirmos um jogo ampliado de referências para situar nossas próprias questões e, talvez, burilar melhor nossas próprias perguntas. Aqui, nesse ponto, gostaria de partilhar com meus leitores o meu espanto ao tomar conhecimento

---

2 Essas questões foram tratadas de forma precisa e contundente pelos autores do artigo que leva o sugestivo título: A quem serve negar o impacto do PCC – publicado pela *Caros Amigos*. Cf. Biondi et al., 2012.

das etnografias sobre o comércio de drogas nas periferias francesas<sup>3</sup>. Guardadas as diferenças, nada triviais (de história, de contexto, de escala), as semelhanças e ressonâncias entre o que acontece dos dois lados do Atlântico me obrigaram a repensar as questões que eu própria encontrava em meu trabalho de campo e colocá-las em um outro jogo de referências, para além das sempre decantadas mazelas de nossas cidades e dos legados de nossa história. Pois também lá, nas periferias francesas, Paris e outras cidades, há episódios recorrentes de “pacificação” de territórios antes em disputa por gangues rivais. Claro, nada parecido com a escala das disputas sangrentas que assombraram as periferias da cidade de São Paulo nos anos 1990. E sobretudo nada parecido com a violência policial e os extermínios recorrentes que assolam as nossas periferias. Porém, as semelhanças e proximidades são maiores do que se poderia imaginar.

De um lado, a gestão dos negócios locais de droga segue lógicas muito parecidas com o que encontramos em nossas periferias: esforços e procedimentos para evitar as soluções violentas de disputas locais e todo um agenciamento de práticas e procedimentos que passam pelas circunstâncias da sociabilidade local, pelas capilaridades dos negócios da droga nas práticas cotidianas, por negociações e acomodações com as forças da ordem, mas também com operadores dos serviços sociais que funcionam nesses lugares. Por outro lado (e ao mesmo tempo), a prisão e a experiência carcerária também passaram a compor o jogo de referências nesses lugares, demarcando trajetórias e “carreiras”, sobretudo dos mais jovens envolvidos nos negócios ilegais; também lá os “vasos comunicantes”, como diria Rafael Godoi (2010), entre a prisão e o bairro compõem a experiência urbana dessas cidades. Para além da situação francesa, haveremos de encontrar ressonâncias com situações encontradas em outros lugares, na Europa e também na América Latina.

Não é o caso de fazer aqui um inventário dos estudos e etnografias hoje disponíveis sobre o tema. Eu tampouco teria condições de fazer isso. Mas do pouco que até agora tive condições de tomar conhecimento, não hesitaria em dizer que há uma linha de atualidade que atravessa os diferentes lugares e contextos urbanos: o entrelaçamento dos mercados de drogas com as dinâmicas urbanas, embaralhando as fronteiras do legal e ilegal, conformando o que já foi chamado de “economia de bazar” (Ruggiero e South, 1997) com suas capilaridades nas atividades econômicas e práticas sociais de seus habitantes (cf. Peraldi, 2007; Guez, 2007; 2009), compondo, por exemplo, os elementos de uma economia

---

3 Sobre os estudos e etnografias produzidos por Michel Kokoreff, que desde meados dos anos 1990 tem pesquisado o tema. Entre a vasta produção do autor, vale citar Kokoreff, 1997; 2000; 2004.

moral em cidades mexicanas, nas quais também circulam as figuras renovadas do “herói-bandido” e a celebração de seus feitos nos chamados “*narcorridos*”, tradicional estilo musical de amplo apelo popular (Guez, 2007); o encarceramento em massa e a redefinição do lugar da prisão na experiência urbana, seja por conta da “erosão das fronteiras entre bairro e prisão”, para evocar o título do livro de Manuela Cunha (2003) sobre o tema, em Portugal; seja por conta do modo como os grupos ditos criminosos se reorganizam no interior das prisões e se ramificam pelos territórios urbanos, tal como parece ter acontecido, por exemplo, com as *maras* salvadorenhas (Martel, 2010), mas também com os agrupamentos islâmicos que se formam e articulam no interior das prisões francesas (Khosrokhavar, 2004). E mais recentemente redefinições dos sentidos (e da experiência) de ordem, de lei e justiça sob o impacto de novas formas de controle que se fazem em uma especial conjugação entre a lógica da gestão de risco (e da suspeita generalizada) e a metáfora da guerra no combate às várias figuras de ameaça ou “insurgência” urbana (crime, drogas, terrorismo), com a dramática gama de efeitos deletérios nas periferias urbanas, e isso também no país que já foi celebrado, em outros tempos, que já vão longe, como a pátria dos Direitos do Homem (Kokoreff, 2010; 2011). A lógica militarizada de gestão urbana está, enfim, na ordem do dia; é também uma marca dos tempos que correm, transformando as cidades em espaços de guerra, “guerra urbana”, seus operadores também eles atuando em circuitos transnacionais. A noção de urbanismo militar cunhada por Stephen Graham (2011) busca dar conta justamente dessa simbiose que parece estar ocorrendo entre gestão urbana e segurança, uma conjugação entre a noção de risco e insegurança que redefine os modos de gestão do conflito urbano, além de converter, como bem nota Laurindo Mihnho (2012), questões e eventos da ordem do cotidiano em assuntos de guerra.

Tudo isso está sendo aqui colocado de uma maneira um tanto quanto (ou muito) apressada. São questões que mereceriam uma discussão à parte. Mas essas rápidas (e incompletas) referências têm aqui apenas o sentido de indicar um problema ou uma ordem de problemas. De partida nos fazem lembrar que estamos lidando com fenômenos transnacionais. Por certo, isso remete aos desafios teórico-metodológicos postos por dinâmicas transnacionais que redefinem por inteiro o campo empírico do trabalho etnográfico. Essa é uma questão importante, mas sua discussão ficará para um outro momento.

Por ora, nos limites destas páginas, eu gostaria de chamar a atenção para a importância de levar em conta as transversalidades entre essas várias experiências e o que encontramos em nossos trabalhos de campo. Não se trata, longe disso, de “enquadrar” nossas particularidades em uma referência genérica e alusiva



ao mundo globalizado. Muito menos de dissolvê-las em alguma mesmice globalizada. Ao contrário, trata-se de construir um plano de referência que permita traçar a *linha de atualidade* que atravessa as realidades com as quais estamos lidando e, aí sim, situar nossas próprias singularidades. Eu diria que menos do que teorias e dispositivos metodológicos para dar conta desses campos multisituados ainda precisamos passar por um esforço no sentido de algo como uma saturação de informação etnográfica. Mais do que nunca me parece importante evitar o risco de um certo provincianismo em nossas discussões, quase sempre muito autorreferidas e um tanto encapsuladas nas referências à nossa própria história e suas mazelas. E se isso importa é porque, no mínimo, talvez ajude a burilar nossas próprias perguntas e formular outras tantas e, sobretudo, o mais importante, conseguir dar ressonância e envergadura àquilo que procuramos fazer ver e lançar à discussão com nossas pesquisas. Se estamos tratando dos ordenamentos sociais nas margens da cidade, os modos pelos quais essas margens são produzidas – e o campo de disputa que nelas se inscreve – nos abrem a senha para um “diagnóstico do presente”, em diálogo com as questões postas no mundo contemporâneo.

Se há transversalidades entre várias situações e vários contextos, também há transversalidades no tempo. Essa a terceira questão que eu gostaria de discutir. Nesse registro, para bem situar nossas próprias questões, o ponto de inflexão e a novidade do que encontramos em nosso trabalho de campo, recuperar algo da história urbana é fundamental. No que diz respeito aos temas aqui aventados, essa transitividade entre o legal e o ilegal, entre o universo da lei e o “mundo do crime” que hoje compõe o “bazar metropolitano”, para reter os termos de Ruggiero e South (1997), não é propriamente uma novidade dos tempos que correm. Os indivíduos (e suas famílias) transitam nas fronteiras do legal e do ilegal, sabem lidar com os códigos e recursos de ambos os lados, mobilizando os critérios, sempre situados e sempre contextualizados, pelos quais se negociam os parâmetros de aceitabilidade moral de práticas, comportamentos e escolhas de vida. Isso é algo que acompanha a história urbana (cf. Zaluar, 1985), não é de hoje, nem de ontem, tampouco uma peculiaridade brasileira – faz parte da história urbana das grandes cidades.

O fato é que essa transitividade entre o universo da lei e o “mundo do crime” compõe as microrregulações da vida cotidiana. Por certo, é nelas que se apoia a gestão da violência praticada pelos homens do PCC nas periferias paulistas. Mas isso tampouco surgiu agora. No bairro em que fazemos nossas pesquisas, Daniel Hirata e eu, esse lastro da história urbana aparece a cada momento nas histórias que recolhemos sobre o local. As ambivalentes relações que os

moradores estabelecem (e sempre estabeleceram) com os “homens do crime” são regidas por critérios e códigos, talvez uma economia moral, nos termos de Thompson (1979), que não decorrem da tipificação jurídico-policial de crime e criminoso. Do ponto de vista das práticas e sociabilidades locais, “crime” não é uma categoria de avaliação moral, muito menos acusatória, questão muitíssimo bem trabalhada por Alba Zaluar (1985) no início dos anos 1980 em sua pesquisa na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, ao descrever os códigos que regem o delicado jogo de distâncias e proximidades entre uns e outros. Algo próximo, sob as peculiaridades dos tempos e circunstâncias, dos códigos que hoje circulam nas periferias urbanas e pelos quais “trabalhadores” e “bandidos” avaliam e ponderam “o lado certo da coisa errada”.

Foi isso o que pudemos apreender nas ambivalentes relações que os moradores locais mantinham com os temidos “justiceiros” que, nos anos 1980, em nome da defesa da família e do “trabalho honesto”, aterrorizavam a pequena criminalidade da região, contando com a cumplicidade das forças policiais. Também: os homens que “tomavam conta da área” nos anos 1990, figuras ambivalentes que transitavam entre trabalho e família, “como todo mundo”, mas que também estavam envolvidos nos “negócios do crime” e que, assim como os justiceiros, também agenciavam os acertos com a polícia para garantir a proteção de suas atividades ilícitas e sua “vida normal” nos bairros em que moravam. Tal como agora acontece com os traficantes de bairro, esses personagens também arbitravam litígios cotidianos e faziam a mediação, negociavam e agenciavam as condições da ordem local: arbitragem nas desavenças da distribuição de lotes nas áreas de ocupação ilegal, promoção das ligações clandestinas de luz, mediação com órgãos públicos responsáveis pelos assuntos locais (pendências, por exemplo, em dívidas não pagas pelos serviços urbanos da região ou, então, os lugares em que melhorias urbanas deveriam ser implementadas).

Esses personagens construíam (e constroem) seu poder e seu prestígio local justamente pela habilidade com que transitam entre o legal e o ilegal, acionando dispositivos e recursos de um lado e de outro para agenciar e resolver assuntos locais. No entanto, são microrregulações que, como hoje, se desdobravam em uma gestão dos limiares da vida e da morte: concretamente as circunstâncias travejadas pelos riscos de mortes violentas que assombravam esses lugares, acionados pelos jogos de poder que se faziam (e se fazem) entre a violência policial e a lógica da dívida e da vingança nos casos de desacertos nos negócios do crime. Como os atuais traficantes de bairro, esses homens também arbitravam “histórias de sangue”. Também como acontece agora, trata-se de mecanismos de gestão da ordem local que não se faziam (como não se fazem) à margem da lei e

do Estado, pois são ativados nos campos de força que se estruturam nos pontos de interseção – e de fricção – das forças da ordem (e seus modos de operação) e as microrregulações da vida cotidiana, plasmadas nas formas de vida. Porém, diferente do que hoje acontece, essas histórias muito frequentemente transbordavam e iam além do jogo miúdo das reciprocidades locais, quando não eram esses mesmos homens os operadores de soluções violentas nos lugares em que atuavam (cf. Hirata e Telles, 2012; Telles, 2010).

Se há uma novidade no acontecimento do PCC, será preciso situá-la nesse plano, nos pontos em que esse acontecimento se comunica com uma experiência que vem de antes e que faz parte da história urbana de São Paulo, quiçá de outras cidades. Por certo, essa novidade tem a ver com a estruturação do mercado de drogas na virada dos anos 2000. É nesse ponto que as experiências de outras cidades e países ajudam a entender o que se passou, algo que tem a ver com as formas de regulação do varejo da droga em seus pontos de interseção com os modos de operação das forças da ordem e as circunstâncias da sociabilidade local. Mas isso não diz tudo, e talvez não diga o fundamental no que diz respeito à “pacificação” desses territórios.

Ainda teremos que entender melhor a experiência da violência – quer dizer: da morte violenta – nas décadas anteriores, mais ainda nos anos 1990. Essa é uma experiência que está cifrada nas inúmeras histórias que recolhemos em nossas entrevistas com os homens que comandam o negócio local da droga: “bandidos formados”, como eles próprios se definem, que passaram pelo inferno das prisões dos anos 1990, Carandiru e outros presídios, que se envolveram em disputas sangrentas nas regiões, enfrentaram a polícia, viram muitos de seus parceiros e amigos serem dizimados. Decididamente, são sobreviventes, “sobreviventes do inferno”. Foi com eles que conseguimos entender os sentidos cifrados na “vida loka”, tão bem trabalhada em artigo de Daniel Hirata (2011) que leva esse título. Mas foi com eles que pudemos igualmente entender que “sobreviver na adversidade”, questão também trabalhada por Hirata (2010), nos entregava a chave para decifrar algo da experiência urbana e daí as ressonâncias dos códigos que regem o “mundo bandido” e os “ardis da inteligência prática” que os habitantes de nossas cidades têm que exercitar para lidar com as inseguranças da vida, seus imponderáveis, os riscos e a ameaça sempre presente da morte-matada, tudo isso mesclado com as condições concretas da moradia precária e do trabalho incerto. Isso perpassa toda uma história urbana, mas ganha configurações diferentes nos anos 1980, nos anos 1990 e nos anos que inauguraram a década de 2000. Algo dessa história e suas diferentes configurações chegamos a reconstruir seguindo os traços das “histórias infames” dos

personagens-bandidos (justiceiros, matadores e traficantes) que marcam a diferença dos tempos<sup>4</sup>. Mas há ainda muito a se fazer. Sobretudo, ainda há muito a se fazer para cobrir a lacuna deixada aberta nos anos 1990, década ainda a ser mais bem entendida. Mais precisamente: ainda precisamos entender melhor as circunstâncias que presidiram a esse longo ciclo de mortes violentas que marcou esses anos e que foi interrompido com os procedimentos e protocolos de “pacificação” postos em prática pelo PCC. Mas sobretudo precisamos entender a experiência dessa violência, a experiência de vidas que se estruturam nos limiares da vida e da morte e que talvez nos dê uma chave para entender o ancoramento dos “debates” e seus protocolos nessa experiência urbana. E deslindar sua força de interpelação e as vias pelas quais passaram a fazer parte do repertório dos que habitam e transitam nesses territórios.

Se isso está aqui sendo colocado talvez de maneira ligeira demais, é apenas para chamar a atenção para dois pontos que me parecem importantes. Primeiro, a importância de retermos a cidade como plano de referência para bem situar nossas próprias questões de pesquisa. Isso me parece crucial para entender o ponto de inflexão na passagem da década de 2000 e o “acontecimento PCC” não apenas como um assunto pertinente ao que a literatura especializada chamada de “mercado criminal”, mas como algo que passa a compor e interagir com a experiência urbana de uma grande metrópole como São Paulo. Mas é também crucial, esse o segundo ponto, para entender o que pode estar acontecendo agora, mais de dez anos depois do momento em que o PCC se instala, se consolida e se ramifica nas periferias paulistas. Pois temos agora uma configuração social e urbana diferente daquela que marcou os anos 1990 e se plasmou, em muitos sentidos, na virada dos anos 2000.

Muitos de nós tiveram o privilégio de flagrar e acompanhar a “pacificação” de territórios urbanos, também as prisões, na primeira metade dos anos 2000, anos que traziam as marcas das histórias transcorridas nos anos 1990 e das disputas mais do que sangrentas que se constelaram justamente na virada da década. Daí para frente, nos anos que se passaram, muita coisa mudou nas periferias urbanas (na cidade e no país). As novas gerações que se lançam agora no mundo social fazem uma experiência da cidade diferente dos que viveram as desesperanças dos anos 1990 (desemprego, trabalho incerto, pauperização generalizada) e os horrores das matanças que dizimaram familiares, amigos,

---

4 Trabalhei essas questões em texto recente (Telles, 2010) com base em um amplo material de pesquisa que deverá resultar em livro escrito em conjunto com Daniel Hirata. Esperamos ter condições de finalizá-lo proximamente.

vizinhos. Mas são também gerações que talvez nos deem a senha para entender os paradoxos (aparentes) que marcam as configurações sociourbanas que se desenharam no correr desses anos. De um lado, uma celebração festiva (e de fortíssimo apelo midiático) de uma pobreza transformada em mercado (vide a aclamada e festejada conversão do “pobre” em “classe C”) e, de outro, o endurecimento das formas de controle e lógica militarizada de gestão dos espaços urbanos, dos conflitos urbanos e das dissonâncias que emergem, por todos os lados, na ordem urbana. Entre um e outro, os negócios ditos ilícitos continuam a prosperar, tanto quanto os mercados informais, mas uns e outros também se redefinem e se redistribuem, podemos supor, em territorialidades urbanas também redefinidas, seguindo a lógica também dos mercados, mas também em função justamente das formas de controle e repressão que pesam sobre essas atividades. Talvez seja um bom momento de revisitar a história social. Há pistas a ser seguidas e que se abrem a uma frente de pesquisa, ainda pouco explorada na literatura brasileira, pertinente aos nexos entre história urbana, crime (seus tipos, suas formas de articulação, seus modos de atuação) e suas redefinições em função das evoluções das economias urbanas, mas também das formas de controle, dos dispositivos de incriminação e punição. Mas essas são questões de pesquisa.

Retermos a cidade como plano de referências é, de um lado, o que nos permite recuperar algo da história social e da história urbana para situar nossas próprias questões de pesquisa. De outro, o que nos permite colocar nossas questões – e inquietações – em diálogo com os dilemas postos no mundo contemporâneo, trabalhando as transversalidades e ressonâncias de uma experiência que faz da cidade, efetivamente, um campo de batalha, mas também um campo de experimentação histórica na qual estamos todos envolvidos.

## Referências

- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Terceiro Nome/Fapesp, 2010.
- BIONDI, Karina, FELTRAN, Gabriel, HIRATA, Daniel V., MARQUES, Adalton. A quem serve negar o impacto PCC?. *Caros Amigos*, 24 ago. 2012. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/2429-a-quem-serve-negar-o-impacto-pcc?> Acesso em: 28 jun. 2013.
- CUNHA, Manuela Ivone P. da. *O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira*. Minho, Celta, 2003.

- DAS, Veena, POOLE, Deborah (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe, School of American Research Press, 2004.
- FELTRAN, Gabriel. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão dos homicídios nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH*, v. 23, n. 58, 2010, p. 59-73.
- GODOI, Rafael. Ao redor e através das prisões: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2010.
- GRAHAM, Stephen. *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. London/New York, Verso Books, 2011.
- GRILLO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Dilemas – Revista de estudos de conflitos e controle social*, v. 1, n. 1, 2008, p. 127-148.
- GUEZ, Sabine. À la frontière du légal et illégal: travail et narcotrafic à Ciudad Juarez (Mexique) et El Paso (États-Unis). *Problèmes d’Amérique Latine*, n. 66-67, 2007, p. 10-20.
- GUEZ, Sabine. La frontière et au-delà. Une enquête ethnographique sur le narcotrafic à Ciudad Juárez (Mexique) et El Paso (Etats-Unis). *Cultures & Conflits*, n. 72, 2009, p. 13-29.
- HIRATA, Daniel V. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2010.
- HIRATA, Daniel V. Vida Loka. In: CABANES, R. et al. (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 189-214.
- HIRATA, Daniel V., TELLES, Vera da Silva. A gramática bélica da segurança. *O Estado de S.Paulo*, 18 nov. 2012, Caderno Aliás, p. J5.
- KHOSROKHAVAR, Farhad. *L’Islam dans les prisons*. Paris, Balland, 2004.
- KOKOREFF, Michel. L’économie de la drogue: des modes d’organisation aux espaces de trafic. *Les annales de la recherche urbaine*, v. 78, 1997, p. 114-123.
- KOKOREFF, Michel. Faire du business dans les quartiers: éléments sur les transformations socio-historiques de l’économie des stupéfiants en milieu populaire. *Déviance et société*, v. 24, n. 4, 2000, p. 403-423.
- KOKOREFF, Michel. Trafics de drogues et criminalité organisée: une relation complexe. *Criminologie*, v. 37, 2004, n. 2, p. 10-31, 2004.
- KOKOREFF, Michel. Le durcissement des contrôles, ou la fabrique sociale de la haine. *Mouvements*, v. 62, n. 2, 2010, p. 108.
- KOKOREFF, Michel. Drogues, trafics, imaginaire de la guerre. *Multitudes*, v. 44, n. 1, 2011, p. 119.
- MARQUES, Adalton. Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2009.

- MARTEL, Roxana. Pactos comunitários e proteção em San Salvador. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*, v. 22, n. 2, 2010, p. 17-38.
- MINHOTO, Laurindo Dias. A lógica do conflito urbano. *O Estado de S.Paulo*, 14 out. 2012.
- MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, v. 79, 2010, p. 15-38.
- PERALDI, Michel. Economies criminelles et mondes d’affaire à Tanger. *Cultures & Conflits*, v. 68, 2007, p. 111-125.
- RUGGIERO, Vincenzo, SOUTH, Nigel. The Late-modern City as a Bazaar: Drug Markets, Illegal Enterprise and the “Barricades”. *The British Journal of Sociology*, v. 48, n. 1, 1997, p. 54-70.
- TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos e gestão (em disputa) da ordem. In: TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Argvumentvm, 2010, p. 207-262.
- TELLES, Vera da Silva, HIRATA, Daniel V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*, v. 22, n. 2, 2010, p. 39-59.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre a crise da sociedade preindustrial*. Barcelona, Editorial Critica, 1979.
- ZALUAR, Alba. *Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Recebido em: 10/07/2013

Aceito em: 05/08/2013

### **Como citar este artigo:**

TELLES, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 359-373.